

(190) (152)

176

S-



Uma partida de madeira retirada ilegalmente das terras dos Tembê, pronta para embarque: sentença da Justiça não intimidou madeireiros

Madeireiros ainda agem no Alto Rio Guamá

A Reserva Indígena Alto Rio Guamá virou mesmo terra sem lei. Nem depois que o juiz federal Rubens Rollo D'Oliveira deu ganho de causa à Funai, em agosto do ano passado, numa ação de interdito proibitório contra o fazendeiro de origem polonesa Mejer Kabacznick e também julgou improcedente a ação de atentado movida pelo fazendeiro contra o órgão indigenista, deixou de ser retirada ilegalmente uma grande quantidade de toras de madeira da área habitada pelos índios das tribos tembê, timbira e kaapor.

Localizada em parte dos municípios de Nova Esperança do Piriá, Santa Luzia do Pará e Paragominas, no Nordeste paraense, a Reserva Alto Rio Guamá - que abrange um total de 279 mil hectares - foi invadida por Mejer na década de 70. A estrada construída pelo fazendeiro, que corta a reserva ao meio, foi e continua sendo utilizada para escoar as toras de madeira derrubadas ilegalmente.

Como os pares de Mejer - já falecido - também foram proibidos pelo juiz Rubens Rollo D'Oliveira de utilizar a estrada, para escoar as toras de madeira longe dos olhos da Funai e dos índios eles abriram um ramal que desemboca na rodovia Pará-Maranhão, a dois quilômetros do Gurupi, na fronteira entre os dois Estados, muito próximo de um posto de fiscalização da Secretaria da Fazenda paraense. "Cadê o Ibama? Por que o pessoal da Sefa não fiscaliza a procedência da madeira?", indaga o indigenista Francisco Potiguara Tomaz Filho, chefe do Posto Indígena Canindé, que integra a Reserva Alto Rio Guamá.

PISTA - O indigenista da Funai desconfiou que a madeira comercializada na região do Gurupi está sendo retirada da terra indígena "porque praticamente não existe

mais madeira em tora nos outros pontos da região". Depois de dizer que estava interessado em comprar madeira, Francisco Potiguara conseguiu o que queria: um dos encarregados de vender as toras revelou que pertenciam a Samuel Kabacznick, filho de Mejer, e "proprietário" de um lote de 18 mil hectares da fazenda localizada dentro da reserva indígena.

Engana-se, porém, quem pensa que Samuel Kabacznick está retirando madeira do lote que lhe pertence. A Divisão Fundiária da Funai dispõe de imagens de satélite que comprovam a preservação da floresta dentro dos limites da fazenda dos herdeiros de Mejer. "Eles só derrubam madeira fora dos limites da fazenda, ou seja, da área que eles não têm como se apropriar", confirma o topógrafo Antônio Abrão de Oliveira, da Divisão Fundiária da Funai.

A nova estratégia de Samuel Kabacznick é facilmente entendida pelo indigenista Francisco Potiguara: "A madeira está sendo escoada pelo lado oposto da reserva, no Alto Rio Guamá, para fugir da fiscalização dos índios, que reagiriam e prenderiam os caminhões que estivessem transportando toras derrubadas dentro dos limites de suas terras". Potiguara lembra, também, que parte da reserva indígena próxima ao igarapé do Piriá está quase toda devastada. "Por isso eles também estão retirando madeira do outro lado da reserva", acredita o indigenista da Funai.

Para evitar que a Reserva Alto Rio Guamá seja completamente devastada, o administrador da Funai em Belém, Mário Ferreira Filho, vai tentar uma ação conjunta com o Ibama e a Polícia Federal. "A Funai, sozinha, não tem condições de resolver a questão, porque necessita de força policial e apoio do Ibama, órgão a quem compete fiscalizar o comércio ilegal de madeira", disse ele.